

## INFORMANDO POLÍTICA PÚBLICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE PRONAF E QUALIDADE DE VIDA (2006-2013)

Maria José Carneiro, Juliano Luis Palm

### RESUMO

Esse artigo apresenta os resultados de uma revisão sistemática da bibliografia publicada em periódicos brasileiros (de 1997 a 2013) visando responder à questão proposta por gestores do Ministério de Desenvolvimento Agrário sobre o impacto do Pronaf na melhoria da qualidade de vida de seus beneficiados. A revisão sistemática consiste num instrumento elaborado pela metodologia da Política Baseada em Evidências com o objetivo de facilitar o acesso dos gestores aos resultados de pesquisas acadêmicas, de maneira a oferecer subsídios para a avaliação, revisão e formulação de políticas. Constatou-se que a literatura revisada (29 artigos), centrada na dimensão produtiva do Pronaf, não responde à questão proposta e que existe uma fragilidade teórica na concepção de qualidade de vida.

Palavras-chave: revisão sistemática; Pronaf; qualidade de vida, política pública, agricultura familiar

## ANNOUNCING PUBLIC POLICY: A LITERATURE REVIEW ON PRONAF AND QUALITY OF LIFE (2006-2013)

### ABSTRACT

*This article presents the results of a review of the literature published in Brazilian journals (1997-2013) on the impact of PRONAF in improving the quality of life of its beneficiaries. The referred systematic review is part of a methodology denominated of Evidence-Based Policy Evaluation which supposes the access of Public Managers to the results of academic research, in order to provide data for eventual review and policy reformulation. It was found that the reviewed literature (29 articles), focused on the productive dimension of PRONAF, presenting theoretical weaknesses in the conception of quality of life.*

*Key words: Systematic review; Public Policy; Quality of Life; PRONAF; Family Agriculture*

---

Professora Titular do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ. Doutora em Antropologia Social;. E-mail: mjcarneiro@gmail.com.

Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). E-mail: julianoluispalm@gmail.com.

## INTRODUÇÃO: POLÍTICA BASEADA EM EVIDÊNCIA

O presente artigo é resultado de uma consulta a gestores do MDA (2013) no contexto de uma pesquisa<sup>1</sup> que tinha como objetivo principal investigar como se dava o recurso ao conhecimento científico durante o processo de formulação de políticas. Visava também testar a viabilidade, para o contexto brasileiro, da abordagem da “Política Baseada em Evidências” (PBE) que traça um conjunto de procedimentos e mecanismos visando facilitar o acesso dos gestores ao conhecimento científico disponível nos acervos acadêmicos. Essa abordagem, inicialmente aplicada à área da saúde, conhecida como *Evidence Based Medicine* (EBM), apesar de ter sido inaugurada já nos anos 1940, foi mais amplamente desenvolvida e operacionalizada na década de 1990 a partir da criação, pelo governo britânico, de um centro de pesquisa com o objetivo de elaborar revisões sistemáticas da bibliografia de maneira a facilitar a avaliação dos procedimentos médicos.<sup>2</sup> Desde de então a abordagem da Política Baseada em Evidências se propagou para outras áreas estimulando a criação de centros e redes de pesquisadores dedicados a elaborar revisões sistemáticas e meta-análises em diferentes temas, tornando-se um instrumento importante de governança de alguns países (África do Sul, Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Estados Unidos, entre outros). Essa metodologia foi desenvolvida visando promover o uso, o mais criterioso possível, dos conhecimentos disponíveis para dar subsídios científicos aos tomadores de decisões. Sustentava que a eficácia das políticas públicas (e das práticas de certos profissionais) poderia aumentar caso essas fossem baseadas em evidências científicas. No Brasil, a PBE é pouco conhecida ou disseminada na área pública, cabendo destacar a iniciativa do Ministério da

Saúde que criou, em parceria com a CAPES, o portal “Saúde Baseada em Evidências”.<sup>3</sup> Contudo, a inexistência desses mecanismos nos demais ministérios não quer dizer que não se recorra, de alguma forma, ao conhecimento de especialistas para se informar sobre algum tema ou questão de interesse da política pública. Identificar as formas de acesso a esse conhecimento foi um dos objetivos da pesquisa referida acima (Cf. Carneiro *et al.*, 2014 e Delatin *et al.*, 2015)

Outro objetivo consistiu em identificar alguma lacuna de conhecimento, por parte dos gestores, que pudesse ser preenchida com a produção acadêmica disponível, publicada em periódicos brasileiros. Visava-se assim, realizar uma revisão sistemática da bibliografia sobre a questão, nos moldes da PBE, que respondesse a lacuna de conhecimento identificada pelos gestores.

A revisão sistemática da bibliografia é um dos instrumentos previstos pela abordagem das Políticas Baseadas em Evidências (PBE). Seu objetivo é levantar, sintetizar e disponibilizar (aos gestores públicos) um amplo leque de conteúdo bibliográfico sobre uma questão previamente definida, de maneira a prover os gestores de evidências validadas cientificamente para subsidiar suas decisões. Nesse artigo apresentaremos uma revisão sistemática da literatura acadêmica sobre uma dimensão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, que iremos especificar abaixo, com o objetivo de oferecer subsídios a uma questão levantada por alguns gestores do MDA.

A revisão sistemática difere da revisão tradicional da literatura realizada nos meios acadêmicos porque ela se pretende mais ampla e robusta, não guiada pela orientação teórica do autor ou por outro viés qualquer. Idealmente, ela deve cobrir toda a literatura relevante sobre a questão-guia, mesmo a não

1 *A comunicação entre ciência e políticas públicas: o uso da metodologia baseada em evidências na interface biodiversidade-agricultura familiar*, coordenada por Maria José Carneiro, financiada pelo CNPq.

2 <http://www.medicine.ox.ac.uk/bandolier/painres/download/whatis/ebm.pdf>; [www.cochrane.org](http://www.cochrane.org); [www.cebm.net](http://www.cebm.net)

3 <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/periodicos>

publicada ou disponível em veículos não acadêmicos. Além disso, de acordo com os parâmetros da PBE, a revisão sistemática deve ser acompanhada de uma meta-análise elaborada com critérios estatísticos com o objetivo de oferecer um quadro síntese que avalie a qualidade dos estudos que integram o levantamento em relação à questão previamente colocada<sup>4</sup>. No entanto, esse trabalho, nesses moldes, demanda uma ampla equipe de pesquisadores qualificados para executá-lo. Devido os limites quantitativos e qualitativos de nossa equipe, decidiu-se não elaborar uma meta-análise e limitar o universo de busca aos artigos publicados em periódicos brasileiros registrados e avaliados pelo sistema QUALIS da CAPES.

O fato de insistirmos na elaboração de uma revisão sistemática não impede que tenhamos críticas à abordagem da PBE. Sem desenvolver, no momento, todas as críticas a essa abordagem, destacamos apenas o seu conteúdo tecnocrata sustentado na instrumentalização direta da ciência (tida como expressão dos “fatos” e isenta de valores) no processo de decisão política, como se uma “boa política” dependesse primordialmente da capacidade individual dos *policymakers* em acessar e aplicar, de maneira mais eficaz, o conhecimento disponível. Contudo, algumas questões permanecem mas não serão desenvolvidas no presente artigo: Que tipo de contribuição a produção acadêmica pode oferecer à política pública? Quais são os seus limites e suas possibilidades? Até que ponto essa contribuição pode se limitar aos trabalhos acadêmicos disponíveis ou existem outras formas mais eficazes de viabilizá-la?

Nesse sentido, o que apresentamos aqui não pode ser entendido como única possibilidade de contribuição da ciência à política pública. Partimos da ideia de que ciência e política pública tem uma história de diálogos e referências compartilhadas de maneira que seria impossível pensarmos na existência de um

abismo entre ambas, o que fica evidenciado na revisão sistemática que ora apresentamos. Nossa proposta é apresentar os resultados de um mapeamento bibliográfico com base em alguns critérios definidos previamente, de maneira a verificar como a academia responde (e se responde) a uma questão de interesse de certos gestores do Ministério do Desenvolvimento Agrário e, assim, identificar possíveis lacunas nas agendas de pesquisa acadêmicas.

## 1. PROCEDIMENTOS

O primeiro passo para a elaboração de uma revisão sistemática criteriosa é a formulação de uma questão que deve orientar a busca bibliográfica. Com esse objetivo foi realizado um grupo focal com a participação de seis gestores do MDA<sup>5</sup>, quando se chegou à seguinte questão: *Até que ponto as políticas desenvolvidas pelo MDA alcançam o objetivo de melhoria da qualidade de vida dos seus beneficiários?* Dada a necessidade de restringirmos a pesquisa a uma política apenas, optou-se por investir na análise da bibliografia sobre o Pronaf imaginando que, por se tratar de uma política mais antiga e consolidada, a produção bibliográfica deveria ser mais rica oferecendo maior quantidade de material para a análise. Contudo, adiantamos que encontramos muito poucos artigos que, de alguma forma, trouxessem elementos que permitissem responder a questão levantada.

O período coberto pelo nosso levantamento bibliográfico levou em conta a existência de um trabalho anterior que já havia mapeado, de forma bastante abrangente, a produção acadêmica sobre o Pronaf nos seus dez primeiros anos de vida (Mattei, 2006). Assim decidimos delimitar a nossa busca a artigos publicados entre 2006 e 2013 (ano em que foi feito o levantamento).

O mapeamento realizado por Mattei incluiu “acervos bibliográficos disponíveis na

4 Cf. <http://www.cebc.bangor.ac.uk/terminology.php#Meta-analysis>. Acessado em 30 de junho de 2014.

5 Foi realizado também, com o mesmo objetivo, um grupo focal com gestores do MMA, mas como esclarecemos anteriormente a revisão sistemática relativa a essa questão não foi trabalhada para este relatório.

Internet, consultas às bibliotecas de universidades e coleta de trabalhos em anais de congressos científicos que tratam da temática do desenvolvimento rural e das políticas públicas” (MATTEI, 2006, p. 17). Incluiu também consulta ao portal de periódicos e banco de teses da CAPES além de sítios de associações científicas de Economia e de Sociologia, contatos com instituições de pesquisa rural e organizações não governamentais. Outros trabalhos que “não possuíam o mesmo rigor científico” também foram analisados assim como relatórios de pesquisas que mesmo não tendo sido publicados, encontravam-se disponíveis e circulavam entre os agentes de desenvolvimento rural. Enfim, foi um extenso trabalho de pesquisa que levantou um vasto e diversificado material.

Como dissemos, no nosso caso, recorreremos a outra metodologia de busca. Após definido o período a ser coberto pelo levantamento, partiu-se para a escolha das áreas disciplinares a serem contempladas pela busca no sistema WebQualis da CAPES. Decidiu-se, dada a formação da equipe, pelas áreas de Antropologia, Economia, Geografia e Sociologia. A intenção inicial era incluir também a área de Agronomia mas, após uma primeira abordagem nos periódicos dessa área, decidimos excluí-la devido o caráter predominantemente técnico dos artigos, em contraste com a dimensão sociológica da pesquisa. Com o objetivo de incluir o discurso científico em um campo estritamente acadêmico e melhor qualificado, restringiu-se o universo de busca aos periódicos classificados entre A1 e B3.

### 1.1 SELEÇÃO DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS E ARTIGOS

A primeira etapa consistiu em consultar o Sistema Integrado CAPES (Webqualis)<sup>6</sup> para identificar os periódicos brasileiros das áreas disciplinares e classificações delimitadas, para a seguir partir para a seleção daqueles cuja linha editorial apontasse para uma apro-

ximação com o tema em estudo. Foram selecionados ao todo 229 periódicos entre os 571 listados. Partiu-se então para a seleção dos artigos a serem objeto de análise.

A seleção dos artigos foi realizada através dos mecanismos de busca nos portais dos periódicos a partir da palavra-chave “Pronaf”. Caso o periódico não apresentasse a ferramenta de busca por assunto, partia-se para buscas na base de dados *Scielo*. Normalmente os sistemas listavam os artigos onde o termo procurado aparecesse no título, no resumo ou nas palavras-chave, mas em alguns casos eram listados também os artigos que tivessem o termo no texto. Foram encontrados 60 (sessenta) artigos que acabaram reduzidos em 26, após a leitura dos resumos que visou identificar a afinidade com a questão proposta pelos gestores. Procedeu-se então a leitura dos artigos orientada por uma ficha de leitura que sistematizava os dados e informações relevantes para a pesquisa. Posteriormente verificou-se a necessidade de ampliar o universo de busca, visando restringir a margem de erro sobre artigos não selecionados e que pudessem ser pertinentes para a pesquisa. Procedeu-se, então, a uma nova busca, agora combinando palavras-chaves que não haviam sido selecionadas anteriormente e que estavam relacionadas a algumas das linhas do Pronaf, tais como: Gênero + crédito + rural; Mulher + crédito + rural; Juventude + crédito + rural; Jovem + crédito + rural; Agroecologia + familiar + crédito

Esse levantamento identificou 38 artigos. Contudo, desses foram selecionados apenas três após a leitura dos resumos. Em síntese, dos 98 artigos resultantes das duas etapas do levantamento resultaram 29 artigos (anexo 1) que constituíram o nosso universo de pesquisa.

Houve casos em que um mesmo periódico estava listado em mais de uma área, assim como casos em que o mesmo artigo havia sido publicado em mais de um periódico. Também ocorreram registros de um mesmo artigo ter aparecido como resultado de buscas feitas

<sup>6</sup> <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam>

com palavras-chave distintas. Nessas circunstâncias, tanto o periódico que se repetiu, como os artigos que apareceram mais de uma vez, foram contabilizados apenas uma vez.

## 2. REVISÃO SISTEMÁTICA DA BIBLIOGRAFIA

### 2.1 CONTEXTO

O Ministério do Desenvolvimento Agrário entende que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar “facilita a execução das atividades agropecuárias, ajuda na compra de equipamentos modernos e contribui no aumento da renda e melhoria da qualidade de vida no campo”<sup>7</sup>. Desde sua criação, em 1996, até hoje, apesar das inúmeras modificações que sofreu durante esse período, o Programa está voltado para: 1) fortalecer a capacidade produtiva dos agricultores familiares, 2) contribuir para a elevação de renda monetária deste público e 3) melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares (Schneider, Mattei, Cazella, 2004).

Todavia se, em relação aos dois primeiros objetivos, foram desenvolvidos índices de avaliação, o mesmo não aconteceu no que se refere ao terceiro objetivo do Programa. Não é por outro motivo que os gestores públicos entrevistados no âmbito desta pesquisa identificaram lacunas de conhecimento justamente no que se refere ao impacto do Programa na melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários. Mas a questão permanece com os pesquisadores: a que parâmetros recorrer para avaliar este fator? Como tem sido trabalhada essa questão pelos pesquisadores? Para onde aponta a literatura no tocante aos critérios de definição e avaliação de “qualidade de vida”? Quais as evidências acionadas para demonstrar o impacto do Pronaf na qualidade de vida dos agricultores familiares?

### 2.2 QUESTÕES EM DEBATE

Seguindo os critérios descritos na sessão anterior, foram selecionados para esta análise vinte e nove artigos entre os quais observa-se uma concentração de estudos sobre a região Sul (ver anexo 2) o que acompanha a concentração de recursos e de contratos do Pronaf nessa região, como revelaram alguns artigos (12/29). Do conjunto dos artigos considerados, destacam-se nove que, de alguma maneira, tecem considerações acerca da relação entre o acesso ao Pronaf e variações na qualidade de vida dos agricultores, aos quais se dará ênfase na análise.

Dentre os outros vinte artigos observamos que algumas pesquisas não se propuseram a analisar especificamente o Pronaf, sendo este apenas citado como uma das políticas públicas para os agricultores familiares em um conjunto de políticas e de processos de desenvolvimento rural mais amplo, mesmo que recorrentemente ressaltem a importância do Programa. A exemplo dos trabalhos realizados por: Mattei e Triches (2009), Ferreira e Schwartz (2008), Ferrante, Duval e Gêmero (2011), Carvalho (2013).

No conjunto dos artigos analisados observamos serem recorrentes algumas discussões. Em um amplo conjunto de trabalhos está presente o debate acerca da distribuição regional do Programa, a exemplo de Bastos (2006), Silva et al (2008), Azevedo e Pessoa (2011), Souza et al. (2013) e Hespanhol e Saron (2012). Estes trabalhos consideram que o Pronaf estaria contribuindo para o desequilíbrio regional do país, ao manter uma concentração na região Sul, ainda que observem uma suavização desta disparidade regional, ao longo do tempo.

Diversos artigos também salientam que este desequilíbrio é notado em relação às condições socioeconômicas e ao nível tecnológico dos agricultores que acessam o Programa. Observam que a maioria dos agricultores que acessam o Pronaf está entre aqueles com me-

7 <http://www.mda.gov.br/portalmda/nossos-programas/pronaf> (acesso em: 14/05/2014).

lhores condições socioeconômicas e tecnológicas, em detrimento dos segmentos mais frágeis da agricultura familiar. Esta questão é desenvolvida por Magalhães et al. (2006), Silva et al (2008), Silva e Sousa (2012), Teixeira e Nagabe (2010), Hespanhol e Saron (2012), Souza et al. (2013), Azevedo e Pessoa (2011), Garcia et al. (2008), Junqueira e Lima (2008) e Anjos et al (2009).

Outro debate ocorre entorno dos diferentes arranjos produtivos que o Pronaf estaria fortalecendo (Schneider e Gazzola, 2013; Santos *et al.*, 2012; Silva e Sousa, 2012; Hespanhol e Saron, 2012 e Silva e Sousa, 2012). Em seu conjunto, estes trabalhos argumentam que o Pronaf estaria contribuindo para o aumento dos processos de especialização produtiva das unidades familiares vinculadas a cadeias agroindustriais, o que, para alguns autores, comprometeria a sustentabilidade ambiental e econômica dessas unidades. Todavia, atribuem também ao Programa um papel na dinamização de processos de diversificação econômica das atividades produtivas voltadas para o consumo das famílias, como as pequenas criações e cultivos de alimentos básicos.

A necessidade de se avaliar o Pronaf em relação a outras políticas públicas, a exemplo da qualidade dos serviços de assistência técnica e extensão, é abordada por Anjos et al. (2009) e por Hespanhol e Saron (2012) que tomam como referência o conjunto de políticas que, associadas ao Programa, poderiam levar a melhorias infraestruturais ao território.

A burocratização no processo de operacionalização do Pronaf a nível local, apontada como fator que dificultaria o acesso ao Programa por parte dos agricultores familiares menos capitalizados ou não integrados às cadeias agroindustrial, é um tema abordado por Garcia et al. (2008), Teixeira e Nagabe (2010) e Heredia e Cintrão (2006).

Os artigos de Heredia e Cintrão (2006) e Brumer e Spanevello (2012) destacam-se por dedicar atenção às assimetrias nas relações de gênero no acesso ao crédito. Ao analisarem o

Pronaf-Mulher, Brumer e Spanevello consideram que, apesar das dificuldades e empecilhos para a obtenção do crédito, essa linha do Programa “reverteu um processo de abandono da categoria, em que as mulheres eram ignoradas como produtoras” (2012, p. 101).

Contudo, apesar do conjunto de críticas dirigidas ao Pronaf, certos autores se destacam por reconhecerem a sua importância no fortalecimento das economias locais e, principalmente, na afirmação da categoria sócio-política de agricultor familiar (Hespanhol e Saron, 2012; Santos et al., 2012; Anjos *et al.*, 2009; Carvalho, 2013; Schneider e Gazzola, 2013 e Junqueira e Lima, 2008).

Finalmente, nesta menção aos artigos que não analisam especificamente a relação entre o Pronaf e a qualidade de vida dos seus beneficiários, registra-se o artigo síntese sobre a produção acadêmica acerca do Pronaf entre os anos 1996 e 2006 (MATTEI, 2010). Este artigo traz uma excelente compreensão do estado das artes sobre o Pronaf no período dos seus 10 primeiros anos de vida. Com base em um levantamento amplo destaca a grande relevância da produção acadêmica nesse período, com um total de 91 artigos de várias áreas, 37 dissertações de mestrado e teses de doutorado, o que no entendimento do autor, transforma essa política em um “grande laboratório analítico”.

Embora os artigos rapidamente resenhados acima não ofereçam diretamente respostas à questão sobre a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários do Pronaf, observamos uma preocupação presente em quase todos eles quanto aos limites dessa política em promover maior equidade entre as diferentes categorias de agricultores familiares e entre as regiões brasileiras. Considera-se que a “concentração de crédito nas atividades agropecuárias mais rentáveis e nos agricultores mais capitalizados” (Hespanhol e Saron, 2012, p. 9) possa ter resultado na melhoria dos resultados produtivos e no menor índice de inadimplência, mas não teria contribuído para a melhoria das condições de produção (e de renda) dos agricultores mais desfavorecidos. Ape-

sar das tentativas de responder às críticas por meio de alguns ajustes, o Pronaf teria mantido a ênfase na orientação produtivista ao privilegiar a especialização produtiva de *commodities* em detrimento da policultura de alimentos para o mercado interno, argumentam os autores.

Recorrendo a diferentes tipos de fontes (primárias, oficiais, bibliográficas) e de análises (estudos qualitativos ou estatísticos), esses artigos nos levam a refletir sobre a necessidade de melhor elaborar a questão de nossa pesquisa. De acordo com o que nos foi solicitado pelos gestores da SAF/MDA entrevistados, ficou implícito que a preocupação maior era com os agricultores “mais empobrecidos”, ou seja, aqueles para quem as políticas do MDA estariam (ou deveriam estar) prioritariamente voltadas, ao menos, na compreensão desses gestores. Ao elaborarem uma pergunta, os gestores explicitaram o interesse em análises qualitativas (normalmente eles têm acesso a dados quantitativos) que permitissem avaliar se as políticas aplicadas teriam alcançado seus objetivos no sentido de “melhoria da qualidade de vida”, considerado o principal objetivo da política. Deram preferência à noção de “qualidade de vida” na medida em que esta pressupõe “critérios qualitativos, mais diversificados, e apropriados à heterogeneidade cultural e social dos beneficiários das políticas”, segundo um dos gestores. Complementaram com a indagação sobre permanência no campo das famílias beneficiárias, entendendo que a permanência pudesse ser decorrente de uma melhoria na qualidade de vida, contudo essa questão não foi objeto de investigação dos artigos selecionados por nosso levantamento.

Em síntese, nenhum dos 20 artigos comentados acima responde diretamente à questão de interesse dos gestores. O debate sobre o Pronaf resumido acima, se desenvolve entorno dos efeitos da política sobre os agricultores familiares, mas levando em conta, basicamente, a dimensão produtiva e a rentabilidade. A seguir iremos analisar os artigos que, de alguma maneira, apresentam alguma problematização nessa direção.

### 2.3. PRONAF E QUALIDADE DE VIDA

A a relação entre o acesso ao Pronaf e mudanças na qualidade de vida dos beneficiários não chega a constituir uma questão para a maioria dos artigos que compõem o nosso levantamento. Mesmo entre os nove que, de algum modo, se referem a esse tema, essa reflexão é periférica aos seus objetos de análise, aparecendo, na maioria das vezes, de maneira implícita na argumentação dos autores. Está subjacente à maioria das análises uma associação direta entre “melhoria de qualidade de vida” e acesso a mercados, a crédito rural, melhorias de produção e de comercialização, elevação no valor de produção, elevação de renda e melhorias de infraestrutura socioeconômicas. Neste sentido, o que apresentamos a seguir foi resultado muito mais de nossa leitura do que da definição precisa desse tema por parte dos autores. A exceção que merece destaque é Guanziorili (2007), único autor a abordar explicitamente a questão mas, mesmo assim, sem desenvolver em profundidade os parâmetros para definir e avaliar a noção de “qualidade de vida”.

No conjunto dos artigos aqui analisados predomina a utilização de indicadores econômicos e produtivos para supor a ocorrência de possíveis variações na qualidade de vida dos beneficiários do Pronaf.

Para Friederich e De David (2009), como também para Porto e Salum (2012), a melhoria da qualidade de vida é entendida como uma decorrência, natural, do aumento da produção, da melhoria na estrutura produtiva e do acesso a mercados. De modo semelhante, Diniz Filho e Zafalon (2011) e Magalhães et al (2006), relacionam qualidade de vida às variações nos índices de renda e de produção, enquanto Oliveira et al. (2006) e Pase (2012), ao acesso ao crédito. Já Marin e Corrêa (2009) consideram que o acesso a um conjunto de políticas públicas, e entre elas o Pronaf, já é uma expressão de aumento na qualidade de vida. O trabalho de Damasceno et al. (2011) se destaca como sendo o único que estabelece parâmetros claros para estimar mu-

danças na qualidade de vida, como também é o único a utilizar múltiplos indicadores para avaliar o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida.

Apenas Guanziroli (2007) tem como um de seus objetivos avaliar o impacto do Pronaf na qualidade de vida. Tomando como base os dados apresentados em 13 artigos publicados entre 1996 e 2006, orienta sua análise para o crescimento da renda e de produtividade dos agricultores familiares beneficiários, para concluir que “os resultados em termos de melhora da renda e das condições de vida registradas pelas pesquisas disponíveis são bastantes tênues”. Contudo, considerando a escassez de artigos sobre o tema, chama a atenção para os limites de suas conclusões.

À semelhança da maioria dos estudos analisados, Guanziroli também não realiza uma reflexão sobre a associação que estabelece entre aumento da renda e produtividade. Caberia perguntar se o aumento da produtividade e da renda é suficiente para provocar uma melhoria da qualidade de vida e, em caso positivo, em que consiste essa melhoria. Pois, observamos em outra realidade, agricultores impulsionados à intensificação da produção (no caso, agricultores franceses submetidos às políticas modernizantes e produtivistas da França na década de 1980) reclamarem que, junto com o aumento da produtividade, ocorria também um aumento do custo da produção devido à utilização crescente de insumos e o conseqüente endividamento. Para equilibrarem receita e despesa eram levados a aumentar cada vez mais o ritmo da produção o que, no contexto de restrição de mão de obra (familiar), resultava na intensificação do ritmo de trabalho, o que impactava negativamente a qualidade de vida na percepção deles (CARNEIRO, 1997).

O reconhecimento da dinamização e da valorização da cultura rural e o fortalecimento de uma identidade social (Azevedo, 2011), indiretamente, levanta reflexões sobre a me-

lhoria da qualidade de vida, quando se reconhece que esses fatores podem contribuir para a construção e valorização da identidade local e para o reforço da autoestima dos agricultores familiares. Na mesma direção Marin e Corrêa (2009, p. 149) apontam para as “novas funções do território (...) valorizando o lazer, o estilo de vida, tradições, hábitos alimentares, o saber fazer típicos do espaço rural”. Esses fatores podem gerar alternativas de renda e emprego, “contribuindo na melhoria da qualidade de vida de toda a população, rural e urbana” (Marin e Corrêa, 2009, p. 155). Podemos reconhecer aí também uma referência à contribuição do Pronaf para a melhoria da qualidade de vida, dependendo, certamente, do que se entende por ela. Mas, ficou faltando demonstrar como se dá essa dinamização e valorização cultural, que são apenas citadas como um efeito positivo do Pronaf.

#### 2.4 SÍNTESE ANALÍTICA

Além do que já foi destacado acima, cabe um esforço de síntese sobre os resultados do levantamento bibliográfico. Primeiro, destaca-se que, num universo de 98 artigos selecionados a partir de uma busca criteriosa em 229 periódicos, apenas 9 tenham tecido alguma consideração sobre o impacto do Pronaf na qualidade de vida dos seus beneficiários. Essa carência de estudos é agravada pela inexistência de um esclarecimento e aprofundamento sobre o significado da noção de qualidade de vida e dos critérios para a sua avaliação.<sup>8</sup> Essas observações tornam-se ainda mais contundentes quando levamos em conta que melhoria da qualidade de vida constitui um dos objetivos centrais do Programa.

Em segundo lugar, observou-se a constante falta de sustentação empírica de algumas das conclusões dos autores. A associação direta que se faz entre aumento da renda e da produtividade e a melhoria da qualidade de vida não é acompanhada nem por dados que a

<sup>8</sup> Nessa direção, destaca-se a excelente contribuição de Ramonildes Gomes (2005).



corrobores, nem por uma clareza conceitual. Essa imprecisão se expressa também entre os gestores entrevistados que selecionaram a qualidade de vida como elemento de carência de informação. A nosso ver, não foi por acaso que tenham identificado essa questão como uma lacuna a ser preenchida por estudiosos do tema ou por novas pesquisas. A principal preocupação dos gestores era saber até que ponto as políticas que eles ajudaram a implementar tinham impacto positivo na melhoria das condições de vida dos beneficiários. Como índices para essa mudança identificaram a permanência no local de origem e o acesso a bens que não podem ser medidos somente pela produção e pela renda. Com isso, chamavam a atenção para a necessidade de análises mais qualitativas que partissem da avaliação dos próprios beneficiários sobre essas “melhorias”, o que implicaria construir com eles os próprios índices de avaliação. Essa observação nos remete à necessidade de se ouvir os formuladores e implementadores de políticas quando se for elaborar estudos de avaliação das mesmas.

Em terceiro lugar, cabe registrar a identificação de uma oposição, subjacente a maioria dos trabalhos, entre duas concepções sobre o Programa. Trata-se o Pronaf de uma política de crédito ou de política de desenvolvimento rural (ou territorial)? Os que o consideram uma política de crédito entendem que ela deva se voltar para o financiamento de agricultores mais inseridos no mercado, aqueles com condições de melhor utilizar o crédito de modo a garantir a quitação da dívida. Esse entendimento justificava a tendência do Pronaf em selecionar agricultores mais aptos já que, como aponta Guanzioroli (2007), não faria sentido incorporar agricultores pobres, sem renda monetária numa política de crédito. Já observamos em outro lugar que essa percepção está presente na própria formulação originária do Pronaf que elegeu como foco da política os agricultores em “transição”, relegando às políticas sociais, os agricultores mais carentes, então chamados de “periféricos” (Carneiro, 1997). A ideia era estimular os que ti-

nham capacidade produtiva mas faltavam-lhes condições para competir no mercado. Como observamos por essa revisão bibliográfica, essa concepção continua presente no meio acadêmico, o que é evidenciado pelo recurso frequente, e praticamente exclusivos, a dados sobre produção e renda. Podemos supor, como sustenta Grisa (2012), que esse tipo de orientação se deva à sustentação de uma política agrícola na vertente produtivista onde não há lugar para um modelo de produção agrícola alternativo ou para uma percepção mais ampla do rural, não exclusivamente agrícola.

Caberia ao Pronaf, então, desenvolver mecanismos de inserção dos pequenos agricultores pobres, ou sem renda, estimulados em torno de 1300 mil estabelecimentos? Esse debate permanece aberto e tem implicações profundas no direcionamento da política agrícola brasileira, podendo ser resumido da seguinte maneira: ou se fortalece quem já é forte e tem condições de dar retorno financeiro, fazendo-se “mais do mesmo”, como alertam Schneider e Gazolla (2013), ou estimula-se a inserção econômica e social dos agricultores fragilizados economicamente e com pouca ou nenhuma inserção no mercado. Como mostramos acima, há pesquisadores que defendem a primeira posição, o que os leva a avaliar a performance do Programa a partir da capacidade produtiva, enquanto outros defendem a necessidade de resolver questões básicas anteriores ou simultâneas ao investimento à produção, o que implicaria a associação da política de crédito a outras medidas que permitissem a melhoria das condições de educação, de saúde, de acesso à terra e de infraestrutura dos estabelecimentos e da região (Guanzirolli, 2007; Damasceno e Khan, 2011). Nesses termos, o Pronaf teria o desafio de ser um grande guarda-chuva comprometido com o desenvolvimento rural (e territorial).

## REFLEXÕES FINAIS

Retomando o objetivo desse trabalho, constatamos que existe uma distância entre a questão demandada pelos gestores e as ques-

tões trabalhadas por pesquisadores. Isso é observado não só pelo universo restrito de estudos que, de alguma maneira se referem à qualidade de vida ao analisarem o Pronaf (9 em 29), como também pela ausência de clareza sobre o que se entende por “qualidade de vida” e sobre os critérios a serem utilizados para avaliá-la. Soma-se a isso a fragilidade de evidências empíricas para demonstrar que a ocorrência de o aumento da qualidade de vida esteve associada aos recursos disponibilizados pelo Pronaf. A relação que se estabelece entre um e outro parece ser fruto de uma pré-disposição dos autores nesse sentido, ou de uma associação mecânica entre aumento da renda e melhoria da qualidade de vida, sem um esclarecimento sobre o que isso significa. Mas, essa carência de dados não pode ser atribuída apenas aos autores individualmente, já que as fontes disponíveis, entre elas as do próprio governo, se restringem a oferecer dados quantitativos referentes à variação da produção, renda, do volume de crédito e do número de beneficiários.

A revisão bibliográfica apresentada aponta para a necessidade de incluir esse tema nas agendas de pesquisas de maneira a provocar um aprofundamento do debate. Como sugerido por certos autores, uma das direções apontadas seria a de ultrapassar os limites das unidades de produção para se estabelecer variáveis que amplifiquem a lente de observação de maneira a incorporar a dinâmica territorial. Falar em qualidade de vida exige atravessar a porteira dos estabelecimentos e extrapolar uma abordagem focada, predominantemente, na dimensão meramente produtiva.

Persiste o desafio de se estabelecer parâmetros para avaliar as variações na qualidade de vida. Antes porém, é necessário um investimento coletivo, de pesquisadores e gestores, na direção de se aprofundar a compreensão sobre “qualidade de vida”. Como observamos, a imprecisão que ronda esse termo está presente tanto no texto do Pronaf quanto nos dos pesquisadores e até mesmo entre os gestores entrevistados.

A partir dessas considerações, destacamos que revisões bibliográficas da literatu-

ra acadêmica, aos moldes da Revisão Sistemática adotada pela abordagem da Política Baseada em Evidência (PBE), podem auxiliar na identificação de lacunas e inconsistências na produção científica sobre determinada temática como na própria produção de dados pelo governo.

Considerando que as questões de pesquisa e as que mobilizam as políticas públicas são, em grande parte, coproduzidas (Cf. JASSANOF, 2004), esse tipo de análise bibliográfica permite explicitar as lacunas e as interfaces entre um campo e outro evidenciando as aproximações e os distanciamentos entre eles. Certamente existem razões para que os governos e as agências financeiras que distribuem os recursos privilegiem os produtores bem sucedidos em termos de produtividade e de rentabilidade, mas é surpreendente e revelador que essa tendência persista desde os primórdios do Pronaf (CARNEIRO, 1997). Acompanha essa orientação a imagem, compartilhada pelo setor governamental, do agricultor como “um profissional como outro qualquer” orientado centralmente para oferecer os produtos de maior valor no mercado (Gazola e Schneider, 2013).

Esse tipo de lógica se opõe à lógica que predomina, ou deveria predominar, na agricultura familiar que é a da diversificação, mais apropriada ao desenvolvimento da autonomia produtiva e da segurança alimentar dos agricultores, ao estimular uma produção que se orienta alternativamente para o mercado e para o consumo familiar (Garcia Jr., 1990). Entende-se, assim, porque os agricultores, subordinados à lógica do crédito das agências, acabam por privilegiar a lavoura mercantil – a que “dá mais lucro” (AQUINO e SCHNEIDER, 2010). A literatura tem enfatizado que esse tipo de orientação, focada exclusivamente para o mercado, tem levado à maior instabilidade da agricultura familiar, principalmente aquela com piores condições de produção e de comercialização. Questiona-se também o impacto negativo desse tipo de orientação a longo prazo, face o abastecimento mercado de alimentos e à garantia da segurança alimentar

e nutricional (MATTEI, 2006; GAZOLLA e SCHNEIDER, 2013; GUANZIROLI, 2007).

Finalmente, destacamos que, apesar das críticas presentes nos estudos, há um consenso sobre a importância do Pronaf que, como a primeira política voltada para a agricultura familiar, provocou uma mudança no meio rural brasileiro ao dar visibilidade a esse segmento de agricultores e, principalmente, ao oferecer crédito em condições acessíveis para uma grande massa de agricultores até então excluída do campo de atuação das políticas agrícolas brasileiras.

Recebido em: 15/01/2015

Aprovado em: 13/04/2016

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 15<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- CARNEIRO, Maria J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro-RJ, n. 8, p. 70-82, abril de 1997.
- CANEIRO, Maria J. *Camponeses, Agricultores e Pluriatividade*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1998.
- CARNEIRO, Maria J.; LYRA, E., DA-SILVA-ROSA, Teresa; SANDRONI, Laila. Para quem fala a ciência? Limites e possibilidades da interface entre ciência e política. In: VIEIRA, I.C.G.; TOLEDO, P.M.; SANTOS JUNIOR, R.A.O. (Orgs). *Ambiente e Sociedade na Amazônia: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro, Garamond, 2014, pags. 101-124.
- DELATIN, Daniel; CARNEIRO, Maria J.; SANDRONI, Laila. De la investigación a la política pública: producción y circulación de conocimiento científico. *Nómadas*, n. 42; abril de 2015.
- DAVIES, Huw T. O.; NUTLEY, Sandra M. Evidence-based policy and practice: moving from rhetoric to reality. In: *Third International, Inter-disciplinary Evidence-Based Policies and Indicator Systems Conference*, CEM Centre, University of Durham, p. 86-95, July 2001.
- DELGADO, Nelson Giordano. *Papel e Lugar do Rural no Desenvolvimento Nacional*. Brasília, IICA-MDA-CONDRAF, 2009.
- ELLIS, Frank. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University, 2000.
- FLECK, Ludwik. *La génesis y el desarrollo de um hecho científico: introducción a la teoría del estilo de pensamiento y del colectivo de pensamiento*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.
- GARCIA JR, Afranio. *O Sul: o caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Rio de Janeiro/Brasília, Ed. Marco Zero e Ed UnB/Cnpq, 1990.
- GOMES, Ramonildes Alves. *A qualidade de vida das famílias no Perímetro Irrigado de São Gonçalo: ética e racionalidade*. Recife, 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) - PPGS/UFPE, 2005.
- GRISA, Katia. *Políticas Públicas Para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. Rio de Janeiro, 2012. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - CPDA/UFRRJ, 2012.
- HERCULANO, Selene. A Qualidade de Vida e seus Indicadores. In: HERCULANO, Selene; PORTO, Marcelo F. de S.; FREITAS, Carlos M. (Org). *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*. Niterói: Eduff, 2000.
- JASANOFF, Sheila (Edit). *States of Knowledge. The co-production of science and social order*. London, New York, Routledge, 2004
- LATOUR, B. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiro sociedade afora*. São Paulo, Unesp, 2000.
- MATTEI, L. *Pronaf 10 anos: Mapa da Produção Acadêmica*. Brasília, MDA, 2006.
- NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p 83-100, 2001.
- NUTLEY, D.; DAVIES, H. T.; WALTER, I. *Evidence Based Policy and Practice: cross sector lessons from the UK*. ESRC UK Centre for

Evidence Based Policy and Practice: Working Paper 9, 2002.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 30, n. 3 (119), p. 511-531, julho-setembro, 2010.

SCHNEIDER, Sergio. *Diversificação como estratégia de desenvolvimento rural: referências teóricas para construção de alternativas economicamente sustentáveis de diversificação da produção e renda em áreas de cultivo do tabaco no Brasil – subsídios à implementação dos Artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco*. Porto Alegre, 2010. (Relatório).

SCHNEIDER, Sergio; FREITAS, Tanise Dias. Qualidade de Vida, Diversificação e Desenvolvimento: referências práticas para análise do bem-estar no meio rural. *Olhares Sociais*, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, v. 02, n. 01, p. 121 -142, janeiro-junho de 2013.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. Porto Alegre, s/ed., 2004.

SEN, Amartya K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

WILKINSON, John. Cadeias produtivas para a agricultura familiar. *Revista de administração da UFLA. Organizações rurais e agroindústrias*, Lavras-MG, v. 1, n. 1, janeiro-junho, 1999.

## ANEXO 1

### Relação dos artigos selecionados:

AZEVEDO, Francisco Fransualdo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. *Soc & Nat.*, Urbelândia, ano 23, n.3, p. 483-496, setembro-dezembro 2011.

ANJOS, Flávio S.; CALDAS, Nádia V.; SILVA, Fernanda N.; VALENTE, Glaciele B.; SILVA, Médelin M.. Estudo sobre a inadimplência em contratos do PRONAF no Brasil. *Geografia*, Belo Horizonte, v. 34, n. 3, p. 473-486, setembro-dezembro 2009.

BASTOS, Fernando. Estabelecidos e outsiders nas políticas de crédito: o caso do PRONAF B. *Cronos*, Natal-RN, v. 7, n. 1, p. 53-63, janeiro-junho 2006.

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Marisa. O papel dos mediadores no acesso das mulheres ao PRONAF mulher. *Antropológicas*, Recife, ano 16, v. 23(1), 2012.

CARVALHO, Ananda de. Políticas públicas, cidadania e movimentos sociais no espaço rural brasileiro. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, n. 40, p. 113-126, maio 2013.

DAMASCENO, Nagilane Parente; KHAN, Ahmad Saeed; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 49, n. 01, p. 129-156, janeiro-março 2011.

DINIZ FILHO, Luis Lopes; ZAFALON, Rosana. O PRONAF como política de apoio aos assentados do Programa Nacional da Reforma Agrária. *Revista da ANPEGE*, Dourados-MS, v. 7, n. 8, p. 69-79, agosto-dezembro 2011.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; DUVALL, Henrique Carmona; GÊMERO, César Giordano. Sistemas produtivos e políticas públicas em assentamentos rurais do estado de São Paulo: similitudes e diferenças entre duas regiões. *Agrária*, São Paulo, n. 14, 2011.

FERREIRA, Jean Samarone Almeida; SCHWARTZ, Losane Hartwig; SALAMONI, Giancarla. A organização da agricultura fami-

- liar na localidade de Harmonia I – São Lourenço do Sul – RS. *Geografia*, Londrina-PR, v. 33, n. 3, p. 449-465, setembro-dezembro 2008.
- FRIEDRICH, Andréia Carla; DAVID, Cesar de. A agricultura familiar no contexto da rizicultura no município de Agudo – RS. *Geografia: Ensino & Pesquisa*, Santa Maria-RS, v. 13 n. 2, p. 334-345, 2009.
- GARCIA, Marcelo de Oliveira; CASTRO, Eduardo Rodrigues d; TEIXEIRA, Erly Cardoso. Eficácia do Pronaf-crédito no município de São Miguel do Anta/MG. *Revista Brasileira de Gestão & Desenvolvimento Regional*, Taubaté-SP, v. 4, n.2, p. 154-173, maio-agosto 2008.
- GAZOLLA, Marcio e SCHNEIDER, Sergio. Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 51, n. 1, p. 45-68, janeiro-março 2013.
- GUANZIROLI, Carlos Enrique. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *RER*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 02, p. 301-328, abril-junho 2007.
- HEREDIA, B.M.A. e CINTRÃO, R.P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista Nera*, Presidente Prudente-SP, ano 9, n. 8., pp. 1-28, janeiro-junho 2006.
- JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferrera de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina-PR, v. 29, n. 2, p. 159-176, julho-dezembro 2008.
- MARIN, Mario Zasso; CORRÊA, Walquíria Krüger. As transformações socioespaciais na Quarta Colônia – RS a partir da década de 1990. *Geografia: Ensino & Pesquisa*, Santa Maria-RS, v. 13 n. 2, p. 148-155, 2009.
- MAGALHÃES, André Matos; SILVEIRA NETO, Raul; DIAS, Fernando de Mendonça; BARROS, Alexandre Rands. A experiência recente do PRONAF em Pernambuco: uma análise por meio de propensity score. *Econ. Aplic.*, Ribeirão Preto-SP, v. 10, n. 1, p. 57-74, janeiro-março 2006.
- MATTEI, Lauro. Produção acadêmica sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) entre 1996 e 2006. *Estud. Soc. e Agric.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 56-97, 2010.
- MATTEI, Lauro; TRICHES, Vinícius. Análise da competitividade da cadeia vitivinícola do Rio Grande do Sul através do ambiente institucional. *Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 27, n. 52, p. 161-183, setembro 2009.
- OLIVEIRA, Edinete Maria de; SANTOS, Maria José; ARAÚJO, Lincoln Eloi de. Crédito Rural e Agricultura Familiar no semi-árido. *Revista Qualit@as*, Campina Grande-PB, Edição Especial, 2006.
- PORTO, Leila Lopes da Mota Alves; SALUM, Willibaldo Bras; ALVES, Charles. Caracterização da ovinocaprinocultura de corte na região do Centro Norte Baiano. • *Revista Gestão & Desenvolvimento Regional*, Taubaté-SP, v. 9, n. 1, p. 281-296, janeiro-março 2013.
- SARON, Flávio de Arruda; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. O PRONAF e as políticas de desenvolvimento rural no Brasil: o desafio da (re)construção das políticas de apoio a agricultura familiar. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, Ano 14, v. 2, n. 23, p. 656-683, 2º semestre 2012.
- SILVA, Lidiane Souza; SOUSA, Nírvia Ravena. A padronização das políticas de desenvolvimento na Amazônia. *REDES - Rev. Des. Regional*, Santa Cruz do Sul-RS, v. 17, n. 3, p. 168-191, setembro-dezembro 2012.
- SILVA, Márcia Ap. de Paiva; GOMES, Marília Fernandes Maciel; SANTOS, Maurinho Luiz dos. Análise da eficiência tecnológica dos agricultores familiares e sua comparação com a distribuição dos recursos do PRONAF. *Informe Gepec*, Toledo-PR, v. 12, n. 1, janeiro-junho 2008.
- SOUZA, Paulo Marcelo de; FORNAZIER, Armando; MATA, Henrique Tomé da Costa; NEY, Marlon Gomes; PONCIANO, Nivaldo José. A Distribuição dos Contratos de Crédito do Pronaf entre as Unidades da Federação no Período de 1999 a 2010. *Documentos Técnicos Científicos*, v. 44, n.1. janeiro-março 2013.
- TEIXEIRA, Juliana Carolina; NAGABE, Fabiane. Identidades locais, PRONAF e turismo no espaço rural: apontamentos sobre a realidade de Campo Mourão. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, Uberlândia-MG, v. 5, n. 9, p. 112-146, fevereiro 2010.

PASE, Hemerson Luiz. Capital social e qualidade de vida. *Revista Debates*. Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 35-59, janeiro-abril 2012.

SANTOS, C.F.; SIQUEIRA, E.S.; OLIVEIRA, I.J.C.; DANTAS, M.E.C.; MAIA, Z.M.G.. Agricultura familiar e convívio sustentável numa perspectiva interdisciplinar. *Revista Políticas Públicas*, São Luís, v.16, n.1, p. 25-35, janeiro-junho 2012.

## ANEXO 2

### Distribuição regional dos artigos:

Nível Nacional - Artigos 1; 2; 5; 13; 17; 21; 23; 24; 29.

Região Sul – Artigos 4\*; 7; 9; 10; 12; 14; 15; 18; 25; 26; 27; 28.

Região Nordeste – Artigos 3; 4\*; 6; 16; 19; 20.

Região Norte – Artigos 22; 30.

Região Sudeste – Artigos 8; 11.

\* O artigo 4 teve como recorte espacial as regiões Sul e Nordeste